



Antologia de Ensaio

Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes

VI – Seminário de investigação, ensino e difusão

Antologia de Ensaios

**LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes.
VI Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**

Comissão Científica

Ana Barata (Biblioteca de Arte – FCG)
Ana Cristina Sousa (CITCEM/FLUP)
Bruno Marques (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Carolina Pescatori (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Emília Ferreira (MNAC; IHA/FCSH/NOVA)
Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Lúcia Rosas (CITCEM/FLUP)
Maria Fernanda Derntl (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)
María Teresa Perez Cano (HUM700/US)
Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)
Paula André (DINÂMIA’CET-ISCTE / Iscte- Instituto Universitário de Lisboa)
Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)
Rodrigo de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Sofia Aleixo (CHAIA/UE)

Coordenação editorial

Paula André (DINÂMIA’CET-ISCTE / Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)
Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)
Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)
Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)
María Teresa Perez Cano (HUM700/US)
Rodrigo de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)

Apoio técnico e difusão

Mariana Leite Braga (DINÂMIA’CET-ISCTE)

Edição

DINÂMIA’CET-ISCTE
Outubro de 2020

ISBN

978-989-781-348-1

Fotografia na capa

Centro Histórico do Porto, Tiago Cruz, 2019-08-10

Laboratório da educação para o património. Ensaio.1

Cátia Raquel de Sousa Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto | CITCEM

catia.rsoliveira@gmail.com

Maria Leonor Botelho

DCTP/FLUP e CITCEM/FLUP

mlbotelho@letras.up.pt

Resumo

A educação para o património pode chegar ao entendimento de cada cidadão em várias escalas, a partir de vários atores, seja através da escola, dos meios de comunicação social, das mais diversas instituições públicas ou privadas ou, ainda, em contexto de diálogo em socialização. Neste sentido, reconhecendo a atualidade deste conceito, o ensaio que nos propomos realizar visa encontrar as palavras de indexação mais eficazes para o desenvolvimento de um estado da arte sobre o tema. A primeira etapa procura abordar o funcionamento de motores de pesquisa online, desde a introdução de conteúdos, à escalada no ranking e posterior disponibilização. O segundo ponto assenta na lógica de um público não especializado, na pesquisa de conceitos base associados ao património e na filtragem da informação obtida. Por sua vez, o tópico final procura dar resposta a uma investigação académica, numa teia de conceitos mais informados, analisando o posterior resultado da pesquisa em bases de dados académicas. No seguimento do que são os nossos objetivos e preocupações de implementação do projeto, na cidade de Vila Nova de Gaia, consideramos importante nesta fase realizar uma sondagem no que diz respeito aos resultados de pesquisa para um público não especializado.

Palavras Chave

Património, Educação, Indexação, Identidade, Cidadania,

Introdução

A educação para o património é nos últimos anos campo de análise e intervenção por parte de inúmeras organizações internacionais vocacionadas para o estudo e formulação de diretrizes e linhas orientadoras de atuação na tentativa de, através dela, melhor responder aos desafios do século XXI. É este o universo de análise do presente ensaio que nos propomos desenvolver e que resulta do nosso projeto de doutoramento, em curso, em Estudos do Património¹.

Por inquietações levantadas em momentos académicos anteriores e do confronto com o estudo realizado pelo Parlamento Europeu, “Research for CULT Committee - Education in Cultural Heritage”², encontramos pertinência para as questões e problematizações. Por motivos profissionais, diariamente convivíamos com a dificuldade em reconhecer um modelo de envolvimento claro e dinâmico na transmissão de conhecimentos patrimoniais. O reconhecimento desta fragilidade e a convicção numa alargada margem de evolução, assente em recomendações internacionais, sendo cada vez mais reiterada a importância de uma consciência cultural e de pertença a uma comunidade patrimonial, levou-nos a questionar em que medida se poderão colocar em prática as inúmeras recomendações internacionais e aplicar/disseminar os vários modelos já testados neste campo.

Este ensaio apresenta-se em 3 etapas, num plano de trabalho onde o objetivo principal passa pela fixação de palavras de indexação e conseqüentemente na filtragem dos resultados. A problemática deste ensaio surge como consequência direta do processo de revisão de literatura, que no caso da educação para o património é extensa e complexa. Na tentativa de identificar estudos de referência, autores ou projetos charneira, a amplitude de resultados apresentados obrigou-nos a repensar a pesquisa, mais concretamente a indexação para aceder a resultados mais rigorosos.

Desenvolvimento

Ponto.1 Da indexação às “meta tag”

A intenção de dotar este trabalho de uma interdisciplinaridade, e de o tornar atual, obriga-nos a tecer algumas considerações sobre o web marketing, não com uma preocupação na sua potencialidade comercial, mas sim com intenção de melhor compreender o desenvolvimento das plataformas de pesquisa.

Para um desenvolvimento eficaz do estado da arte, no âmbito da educação para o património, é importante consultar, além da doutrina internacional, estudos de referência e projetos já implementados Investigação iniciada em motores de pesquisa, os de livre acesso e âmbito alargado, ou bases de dados internacionais ou nacionais, de âmbito académico, direcionadas a um público especializado, que dispõem de informação que pode ou não ser de livre acesso. Ambas funcionam através do reconhecimento de palavras-chave, uma das possibilidades das “meta tag”³.

¹ O projeto de doutoramento em curso, diz respeito ao 3º ciclo em Estudos do Património na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado “Gaiá+património. Laboratório da educação para o património”, orientado pela Professora Doutora Maria Leonor Botelho, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/144549/2019)

² Research for CULT Committee – Education in Cultural Heritage. Brussels: European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, 2018

³ Esta breve abordagem ao web marketing carece de uma análise muito mais detalhada, existindo vários trabalhos de referência que abordam a questão do web marketing para a investigação científica.

Entende-se por *meta tag*, um comando implementado no código de páginas web, com várias funções complexas, entre elas, passar instruções a programas externos. Algumas *meta tags* são utilizadas para cruzar, com sites de pesquisa instruções sobre o título da página e uma breve descrição a ser exibida nos resultados e que páginas devem ou não ser indexadas, juntamente com outras instruções igualmente complexas⁴.

No caso específico que importa abordar, as *meta tag* ou *meta descrição* assumem a sua importância nas ações externas, na ponte entre o utilizador e o conteúdo, através da seleção de termos, expressões e conceitos que filtrem a pesquisa, para uma investigação mais detalhada. Contudo, em certa medida, estamos antecipadamente condicionados perante a seleção feita pelo autor e posteriormente pelo responsável de edição que procura subir patamares no ranking através do número de cliques, tornando assim determinado trabalho como um dos mais visitados, logo dos mais influentes virtualmente.

É nesta linha de raciocínio, após um breve conhecimento do marketing on-line desenvolvido em países como o Brasil, que podemos concluir que o facto de a maioria dos resultados de pesquisas em motores de busca ser em língua brasileira, se relaciona com uma maior competência no preenchimento de campos de *meta tag* e na estruturação de conteúdos otimizados para os motores de busca, em muitos casos através de sites⁵ de geradores de *meta tag*, onde estão catalogados termos mais pesquisados ou de maior interesse, de acordo com a temática e o público alvo. Posteriormente, esses termos são repetidos enquanto palavras chave, no título da página, no título do artigo, várias vezes ao longo do texto, repetindo-se ainda no rodapé. Esta presença massificada ao longo do texto leva a que o Google, por exemplo, faça a verificação e classificação de informação relevante, encontrando automaticamente determinada repetição, subindo no ranking de pesquisa.

A dinâmica da informação, da oferta e da procura, obriga-nos não só a prestar atenção à dimensão académica, concebendo estruturas planeadas de pesquisa, seleccionando a melhor indexação, os mais exigentes conceitos, mas impera também a competência na utilização de filtros, no rigor da seleção e da análise crítica na leitura de outras investigações.

Ponto.2 Da problemática à definição da metodologia

Além da complexidade analisada no ponto anterior, abordar a educação patrimonial exige uma criteriosa fixação de palavras chave, funcionando como um índice de conceitos que pretendemos conhecer na sua raiz. Por definição, indexação diz respeito à “ação que consiste na recolha, análise e armazenamento organizado de dados para facilitar a localização e disponibilização de informação”⁶, o que se revela essencial numa abordagem à educação patrimonial e a outra qualquer área de conhecimento.

⁴ SCHULTZE, Bernhard (s.d.) **Meta tags e sua importância para SEO**. Disponível em: <https://www.seomarketing.com.br/meta-tags-google.php>

⁵ Deixamos como exemplo de um site gerador de “meta tag”: <http://www.otimizacao-sites-busca.com/tag/meta-tag-gerador.htm>

⁶ "indexação", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020 <https://dicionario.priberam.org/indexa%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 09-05-2020]

Já prevíamos, como ponto de partida, a desconstrução de um conceito geral, para dois conceitos diferenciados, *educação* e *património*, procurando perceber o atual entendimento de sinergias entre ambos. Representados na doutrina internacional relativa ao património, como na Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade⁷, na Agenda 21 para a Cultura⁸, na Declaração de Hangzhou⁹, foi ainda reconhecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem¹⁰ o direito à educação e à cultura como prerrogativas mundiais, pelo que à escala global estes dois conceitos são indissociáveis para uma cidadania sustentável. Seguindo neste entendimento, encontramos na Agenda 2030¹¹ as mais recentes diretrizes relativas à atuação do trabalho entre a educação e a cidade, como ponto de intervenção fulcral para um desenvolvimento sustentável. Contudo, e com base na informação recolhida pelo Parlamento Europeu¹², embora as referências existam, as políticas de relação entre património e educação não comunicam entre si, sendo pensadas de forma autónoma.

A pergunta que colocamos como ponto de partida foi: *qual o primeiro contacto com a educação patrimonial para um público não especializado, numa pesquisa online?* Esta questão parte da preocupação em compreender que tipo de informação é transmitida através de uma pesquisa em motores de busca como o Google, ou outros similares, selecionando para isso quatro títulos a pesquisar. O resultado foi o esperado, ou inesperado, no sentido de obtermos um número elevado de referências, numa lista de definições e perspetivas, através de notícias, artigos, dissertações, entrevistas, entre outros.

“Educação patrimonial”, o ponto de partida, tido como o nosso conceito chavão, pela amplitude e pela utilização recorrente em diversas situações, revelou de forma esperada um alargado número de resultados (cerca de 13 400,000)¹³. Analisando os resultados, com especial enfoque nos trabalhos publicados em Portugal, com atenção à atualidade da publicação, apercebemo-nos de que há uma forte associação da educação para o património ao contexto escolar, aos programas curriculares, ao ensino da história. Esta relação foi para nós o primeiro sinal da necessidade de ajustar as nossas pesquisas.

Foi através do questionamento entre a potencialidade e a limitação da educação para o património em contexto escolar que estabelecemos a segunda indexação da primeira fase, “Educação Patrimonial na Escola”. A UNESCO publica em 2015 a Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, onde no artigo 10º, alínea c reitera a importância da educação e da consciencialização pública¹⁴

(c) esforçar-se por incentivar a criatividade e fortalecer as capacidades de produção, mediante o estabelecimento de programas de educação, treinamento e intercâmbio na área das indústrias culturais”.

⁷ Conselho da Europa - **Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade**. Faro: 2005 Obtido de

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoodeFaro.pdf>

⁸ Committee on culture - **Agenda 21 for culture. United Cities and Local Governments**. 2008 Disponível em: <http://www.agenda21culture.net>

⁹ UNESCO - **Declaração de Hangzhou. Situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável. Hangzhou**. 2013 Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/hangzhoudeclaration>

¹⁰ Assembleia Geral da ONU - **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: 1948 Disponível em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

¹¹ Organização Mundial das Nações Unidas - **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Paris: 2015 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

¹² Research for CULT Committee. Op. Cit. p.3

¹³ Os resultados apresentados dizem respeito à data de 19 de maio de 2020

¹⁴ UNESCO - **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: 2005

No panorama nacional, a legislação portuguesa, através da Lei nº107/2001 Lei de Bases do Património Cultural Português no seu artigo 11º declara o “dever de preservação, defesa e valorização do património cultural”, contudo, em momento algum do documento encontramos uma referência à palavra “educação”. Parece-nos importante este questionamento tendo em conta o importante papel que a educação desempenha na compreensão e identificação com a cultura¹⁵. Já na Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 3º, surge a referência ao “património cultural do povo português”¹⁶. No nosso entender, mais do que uma colagem à narrativa histórica e a uma caracterização nacional, a educação para o património assume maior importância, quando trabalhada do ponto de vista da cidadania e do compromisso para com a comunidade patrimonial onde um indivíduo se insere. Partindo deste pressuposto, parece-nos importante valorizar também o artigo 2º, onde se apela à formação “cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

No decorrer da análise de resultados surge uma referência já esperada, a museológica. “Educação patrimonial em museus” é a nossa terceira opção de indexação. Esta ponte entre os museus, o património e a educação está manifestamente reconhecida em várias diretrizes internacionais, nomeadamente pelo ICOM, onde identificamos a amplitude de conceitos que cabem nesta definição, o que justifica o elevado número de resultados. Questões como, “Que ações promovem os museus para se manterem na linha da frente na resposta aos desafios da sociedade do século XXI?”; “Que relação procura o museu estabelecer, com a extensão de público que detém, ou não?”; “Existe uma preocupação com a inclusão na estratégia do museu?” são facilmente formuladas por um público especializado, preparado para questionar a estratégia e a abordagem em âmbito cultural. Contudo, a pergunta referência para este ensaio, “*qual o primeiro contacto com a educação patrimonial para um público não especializado, numa pesquisa online?*”, obriga-nos a refletir sobre a abrangência de contextos, a que um indivíduo terá de se predispor a compreender.

Este pensamento remete-nos para um artigo de Inês Fialho Brandão, onde questiona se os museus nos seduzem?¹⁷ A autora dedica grande parte da sua análise apontando a falta de acessibilidade social como lacuna dos núcleos museológicos, essencialmente por estes não conhecerem o público que não os frequenta. Por que razão se exclui, de forma consciente, uma percentagem de indivíduos? Parece-nos motivo para uma analogia feita com a educação para o património. Até que ponto devemos ter a pretensão de alcançar de forma direta uma grande parte da população? Importa pensar a que público nos estamos a referir. A par de outras alterações, estamos perante o alargamento deste conceito. Com base na análise de Liliana Coutinho, coordenadora entre os anos de 2013-2015 do serviço educativo do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, o desafio de comunicar para diferentes públicos é cada vez maior, pois “já não nos referimos somente a um serviço que programa e pensa a relação com as crianças, as

¹⁵ Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro (Lei De Bases Do Património Cultural) **Diário da República** n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08

¹⁶ Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo - alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto) - **Diário da República**, I SÉRIE-A n.º 166, 30 de Agosto

¹⁷ BRANDÃO, Inês - Os museus seduzem-nos? In **Revista do Património** nº3. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2015

famílias e as escolas”¹⁸. Esta é uma realidade potenciada pela diferente tipologia de espaços museológicos existentes, “museu de comunidade, museu sociedade, museu de território, ecomuseu, entre outros” que atestam no seu âmbito de atuação as constantes interrogações da museologia e a adequação do seu papel numa sociedade em constante mutação”¹⁹.

De referir que a urgência desta interrogação é reconhecida no tema que o ICOM propõe para o Dia Internacional dos Museus em 2020, “Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão”, indo também ao encontro da Convenção Quadro de Faro, quando são abordadas as questões da acessibilidade²⁰.

Nesta perspetiva, e porque inevitavelmente todas as palavras indexadas estão relacionadas, o desafio de converter o pensamento histórico em pensamento patrimonial, será o de reverter valores patrimoniais em valores de cidadania através da narrativa histórica? Não fará ainda sentido limitar-se a atuação da educação para o património ao contexto escolar, uma vez que as orientações para a educação no século XXI²¹ impelem para uma educação ao longo da vida, transversal às classes sociais, respeitando a heterogeneidade de idades? Esta educação deverá ser proporcionada aos cidadãos sem que haja necessariamente um processo de ensino/aprendizagem formal. Desta forma, abre-se a janela de oportunidade de formular uma resposta do município, promovendo ações dinâmicas, inclusivas e formativas, agindo pontual e cirurgicamente, procurando implementar as recomendações internacionais, inclusive da Carta das Cidades Educadoras²².

Tendo em consideração outros estudos realizados, o trabalho interdisciplinar tem-se revelado um fator de diferenciação no desenvolvimento destes projetos culturais, enquanto uma interação coordenada de várias disciplinas, onde todas contribuem para um exercício de cidadania, promovendo desta forma dois dos pontos da agenda 2030, “ODS11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis”.²³

Ponto.3 Comunicar para o público especializado

Como delineado no plano de trabalhos, o ponto 3 do presente artigo diz respeito à lógica académica, com a intenção de traçar uma nova proposta de cadeia de palavras sobre o tema. Procurando investigações validadas por comités, júris e outros investidores, avançamos para as bases de dados internacionais, como a Springer²⁴, JStor²⁵, ou a

¹⁸ COUTINHO, Liliana Campos. Educação e mediação – uma função partilhada. In **Revista Património** nº3. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2015

¹⁹ CARVALHO, Ana - **Os Museus e o Património Cultural Imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-Universidade de Évora, 2011

²⁰ Consultar programa de trabalhos em: http://icom-portugal.org/2020/05/17/museus-para-a-igualdade-diversidade-e-inclusao/?fbclid=IwAR3veL8p_vF4iZsMJLxB2fpbNc1QI9aLKtAR6Vzn-3pmj9bMdt4PhYoyxW0

²¹ DELORS, Jacques. Et. All - **Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Brasil: Edições Asa, 1996

²² Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>

²³ **Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.ods.pt/>

²⁴ Consultar em: <https://link.springer.com/>

²⁵ Consultar em: <https://www.jstor.org/>

Google Scholar.²⁶ Numa breve apresentação, a Springer, enquanto biblioteca digital, apresenta como missão fornecer a investigadores o acesso a milhões de documentos científicos, livros, séries, protocolos, trabalhos de referência e procedimentos, sendo que através da SpringerOpen se denota uma preocupação crescente com o acesso livre a esta informação. No que respeita à JSTOR, também uma biblioteca digital de conteúdo académico, inclui no catálogo, jornais académicos revistos por pares, jornais literários respeitados, monografias académicas, relatórios de pesquisa de institutos confiáveis e fontes primárias. A plataforma dispõe de ferramentas de pesquisa para além das mais convencionais, e dos filtros aplicáveis por cronologias, temáticas ou área de intervenção, oferece a possibilidade de redigir um texto próprio, resultando numa pesquisa sobre o conteúdo relacionado²⁷. O Google Scholar, à semelhança das plataformas anteriores, para as quais remete nos seus resultados, disponibiliza um acervo de publicações de conteúdo científico, entre monografias, teses, citações, artigos, livros e uma infinidade de fontes para referências e leituras académicas. Sendo utilizada e alimentada principalmente por académicos, nesta última plataforma a pesquisa é mais confiável, clara e fidedigna face ao Google tradicional.

É importante referir, também, que este ensaio ocorre na janela temporal da pandemia da Covid-19, situação que obriga a uma reinvenção nas formas de atuação à escala mundial, em inúmeras áreas. Relativamente às bases de dados de âmbito académico, surgiu uma rápida reação, permitindo o livre acesso a um maior número de artigos, independentemente da localização do utilizador. Esta abertura procura não só dar resposta ao confinamento a que muitos estudantes, investigadores e profissionais se viram obrigados, mas essencialmente, à possibilidade de um maior acesso à informação. Pode ler-se no artigo do European Scientific Journal, referente ao livre acesso para a investigação em tempos de pandemia, que inicialmente se disponibilizaram artigos na área da saúde para que um maior número de investigadores pudessem trabalhar no desenvolvimento de vacinas ou outros fármacos capazes de travar a Sars Cov-2, mas depressa se alargou para outras disciplinas²⁸. Eventualmente, a pandemia trará mais alterações, ou uma aceleração na implementação de novas soluções, como temos acompanhado no caso da educação, com uma rápida adaptação ao ensino à distancia.

Optando pela tradução “heritage education”, reconhecemos naturalmente que esta não será a melhor indexação tendo em conta a desconstrução em conceitos que pretendemos, sendo os resultados bastante dispersos na temática.

Já referida anteriormente, a Convenção Quadro de Faro alberga um conjunto de conceitos que sustentam os nossos pressupostos, encontrando no seu conteúdo indexações que se revelaram importantes. É na análise deste documento, em si uma base sólida como ponto de partida, que encontramos a nossa opção de pesquisa, “heritage community”. Definido na Convenção, este entendimento de comunidade patrimonial “composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras”, apresenta o maior número de resultados nas pesquisas. Podemos considerar que há cada vez mais uma consciência da atualidade deste conceito e da necessidade de ser um ponto de partida para abordar o valor cívico associado ao património cultural. Podemos

²⁶ Consultar em: <https://scholar.google.pt/>

²⁷ Consultar recursos da plataforma: <https://about.jstor.org/platform-features/>

²⁸ SHOPOVSKI, Jovan; SLOBODA, Brian - COVID-19 Pandemic, the Value of Open Access to Research, and Role of Agile Peer Review. In **European Scientific Journal**, abril 2020. Vol.16

constatar que em todas as bases de dados surgem referências coincidentes, onde no geral, o discurso passa pela abordagem ao património vivo. Nestes artigos denota-se a intenção de alcançar uma prática de mediação entre os detentores de um determinado bem patrimonial e os agentes interessados. Com presença no topo dos resultados, através de vários capítulos elencados nas referências seguintes, optamos por dar como exemplo a monografia “The Past in the Present”²⁹ da autoria de Ioannis Poullos. A autora Para este ensaio específico, o capítulo 15, “A living heritage approach: planning process methodology” funcionou como modelo na criação de um método e respetiva desconstrução do processo de “intervenção” numa comunidade³⁰.

Transversal às várias bibliografias, a referência à “sustentabilidade” surge como ponto de atuação comum a vários projetos. Há muito que sustentabilidade deixou a mera contextualização ambiental para passar a ser encarada como uma forma de vida no mundo, transversal a vários domínios, enquanto um “modelo de sistema que tem condições para se manter ou conservar”³¹. Não obstante à referência da Convenção Quadro de Faro, onde se alia à gestão no artigo 9º, este é um conceito atual que prevê, a bem do património, uma transdisciplinaridade. “Sustainable heritage management”, a nossa segunda indexação da segunda fase, surge como referência direta da anterior e confirma, através dos resultados, uma teorização crescente em âmbito internacional. São novamente elencados capítulos de monografias ou artigos focalizados em casos de estudo de países como Kenya, Malásia ou Guiné e ainda relativo ao continente asiático, intercalando com trabalhos de âmbito mais alargado como “SDG11: Sustainable Cities and Communities”³².

Pensar numa gestão sustentável do património, enquanto sistema que prevê garantir a sua manutenção, manter uma comunidade consciente e alerta para as potencialidades dos seus valores, implicará um trabalho em rede, previsto no documento da Estratégia 21, onde se propõe uma gestão integrada do património de acordo com três componentes principais: "social" (S), "territorial e económico" (D) e "conhecimento e educação" (K), com cada componente desenvolvendo os seus próprios desafios, recomendações e cursos de ação. Não podemos deixar de citar a Carta de Bruxelas, relativa ao valor económico do património, não na sua vertente turística, na realização rápida de valor económico, mas sim na sua implementação a longo prazo, na criação e manutenção de postos de trabalho associados à cultura. É referido no documento o “valor intrínseco” que deve ser considerado um serviço público, de atuação obrigatória, mais uma vez encarado como um direito fundamental para o bem-estar e desenvolvimento fundamental para a coesão social³³. Contudo, segundo o relatório redigido pelo Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), “A dimensão da economia no setor cultural”, num estudo de 2016, indica que Portugal era

²⁹ POULIOS, Ioannis. - **The Past in the Present: A Living Heritage Approach - Meteora, Greece**. London: Ubiquity Press. Obtido de: www.jstor.org/stable/j.ctv3s8tpq

³⁰ POULIOS, Ioannis - **A living heritage approach: Planning process methodology. In The Past in the Present: A Living Heritage Approach - Meteora, Greece**. London: First Works. Ubiquity Press Ltd, 2014 (pp. 135-138)

³¹ "sustentabilidade", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/sustentabilidade> [consultado em 29-05-2020]

³² Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI), et al. SDG11: Sustainable Cities and Communities. Sustainable Development Solutions Network, 2016, pp. 48–50, Mapping Mining to the Sustainable Development Goals: An Atlas, www.jstor.org/stable/resrep15880.16

³³ **Carta de Bruxelas sobre el Papel del Patrimonio Cultural en la Economía, e para la Creacion de una Red Europea de su Reconocimiento y Difuion**. Bruxelas: 2009

“o país do universo em estudo com menos peso no setor cultural na criação de riqueza” (1,7%), também o país cujo setor cultural produz menos riqueza por habitante”. Pese embora se encontre na cauda da maioria dos resultados, Portugal não apresenta o menor peso da cultura no emprego³⁴. Tomando consciência destes resultados, urge entender a forma de pôr em prática uma estratégia de socialização dos valores do património cultural, entendendo-o como um recurso capaz de criar emprego estável, especializado e de qualidade, funcionando como consequência direta na revitalização das cidades e dos territórios onde se estes projetos se desenvolvam. Educação, cultura e património cultural não devem ser vistos apenas como uma resposta à economia de mercado; recomenda-se considerá-los como ferramentas para o desenvolvimento sustentável³⁵.

Olhamos com especial atenção para uma monografia, que mais uma vez encontra o seu ponto de partida na Convenção Quadro de Faro, da autoria de John Scholdfield, “Who needs Experts. Counter-mapping Cultural Heritage”³⁶. Esta obra apresenta casos de estudo num amplo contexto geográfico, intervindo de forma crítica sobre as abordagens à gestão patrimonial, apostando na relevância das agendas locais como fator determinante para novas dinâmicas e metodologias nesta gestão. Além do ponto que nos parece central ao longo de toda a monografia, “Who needs experts” impele-nos a repensar a nossa posição de agente especializado, em algo que em última instância pertence, é criado e existe porque determinado indivíduo, num determinado local, lhe dá significado e lhe reconhece o valor patrimonial inerente.

A terceira indexação por nós proposta passa obrigatoriamente pela educação, resultado da ambição em manter o foco no aspeto pedagógico do património. Contudo, optamos por substituir a denominação “educação” por “aprendizagem”. No somatório das várias leituras já realizadas, deparamo-nos inúmeras vezes com a referência “educação”, o que provavelmente nos conduziria a resultados demasiado próximos. Retomando a lógica inicial de pensar na melhor forma de chegar a um público não especializado, “Aprendizagem social/emocional”³⁷ pareceu-nos refletir as nossas intenções, o que não se materializou em estudos de referência nas nossas pesquisas. Anteriormente neste ensaio, já referimos a sinergia entre educação e património, carecendo de um maior desenvolvimento para que melhores resultados sejam alcançados. Atualmente, a formação de cidadãos responsáveis é defendida como um objetivo essencial da educação, no sentido de aumentar a criatividade e a inovação numa sociedade que procura valores de igualdade, inclusão social e justiça. Nesta perspetiva, uma gestão sustentada implica um trabalho de longo prazo, algo que no estudo realizado pelo Parlamento Europeu³⁸ se reconhece como lacuna das políticas de educação pensadas para o património. A maioria das iniciativas promovidas que convidam e

³⁴ APÓSTOLO, Óscar Seguro - **A dimensão do setor cultural segundo as contas satélite da Cultura Europeias: uma comparação metodológica e sectorial das experiências de Portugal, Espanha, Finlândia, Polónia e República Checa na criação de contas satélite na Cultura**. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, 2016

³⁵ Research for CULT Committee. Op. Cit. p.3

³⁶ SCHOLDFIELD, John - **Who Needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage**. USA: Ashgate Publishing, 2014

³⁷ Segundo o Glossário de Terminologia Curricular da UNESCO, “aprendizagem social e emocional” significa: Aprender como gerir sentimentos e relações com outros, o que inclui formas de reconhecer emoções e manter relações positivas, desenvolvendo simpatia e empatia. Envolve a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes de que os alunos necessitam a fim de criar relações positivas, desenvolver resiliência, lidar com situações desafiadoras, tomar decisões apropriadas e cuidar de outras pessoas.

³⁸ Research for CULT Committee. Op. Cit. p.3

consciencializam a população para o património, material ou imaterial das quais são herdeiras, tem maioritariamente um carácter pontual.

Porém, a consciência de que vivemos ao segundo a informação que nos é constantemente fornecida através de inúmeros meios de comunicação social, redes sociais ou outros canais, revela-se da maior importância para voltarmos a pensar na relevância da comunicação para a gestão e educação para o património. A opção pela inclusão da denominação “communication heritage” nesta rede de palavras que funcionam como pontos estratégicos para o plano de trabalhos futuro, prende-se em grande parte com o problema central deste ensaio. Em última análise, o ato de comunicar relaciona todas as indexações realizadas até ao momento, no sentido em que a comunicação medeia uma comunidade patrimonial, alimenta a educação, promove a transmissão do conhecimento e convida ao aumento do nível de envolvimento na sustentabilidade de um bem patrimonial. Pese embora, tal como nas outras vertentes associadas à cultura e ao património, não haja uma resposta única para o método a implementar na comunicação patrimonial. Como é transversal à educação e à gestão, há a necessidade de uma adaptação constante, num aproveitamento mútuo como uma forma de alargar os públicos da cultura, para que esta se projete na sociedade, devendo por isso ser algo pragmático e valorativo³⁹.

É notória a complexidade na seleção de palavras de indexação, pela perceção de que o que poderá funcionar numa determinada plataforma, não funcionará da mesma forma na outra, o que não tem necessariamente de ser encarado como algo negativo. Mais do que analisar os resultados, esta quarta opção levou-nos a questionar quais as dimensões e os códigos de comunicação necessários para uma mais forte aplicação na prática. Partindo da abordagem de Manuel Lacerda, no seu contributo para a Revista Património nº3, numa viagem “Da incerteza à estratégia” percebemos as várias dimensões que a comunicação do património cultural pode envolver, olhando-o da sua perspectiva de interesse público, à estratégia de marketing, passando inclusive pela sua vertente informativa.⁴⁰

Ponto.4 Considerações finais

Sendo este ensaio, uma primeira etapa para uma abordagem diferenciada à educação para o património em contexto local, importa tecer algumas conclusões tendo em vista um posterior desenvolvimento das mesmas.

Referimo-nos essencialmente à necessidade de afinar sinergias em várias frentes para uma melhor relação com o património. Esta tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos, não só para a educação, mas também para a comunicação, entre outras valências que têm vindo a despertar interesse.

Num primeiro momento parece-nos importante realçar a necessidade de melhor compreendermos o web marketing associado à investigação. Queremos com isto dizer que neste campo complexo, em constante e rápida evolução que vivem as plataformas digitais, a investigação científica deve uma eficiente aplicação. Não só pela importância

³⁹ ARAÚJO, Gisela - **FALARTE, Um Estudo sobre a Comunicação do Património**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2019

⁴⁰ LACERDA, Manuel - Da incerteza à estratégia. In **Revista do Património** nº3. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2015

que a transmissão de conhecimento implica, mas também com o impacto que de uma efetiva partilha de conteúdo qualificado representa.

Posteriormente, ainda que uma eficaz indexação represente uma pesquisa melhor filtrada, revela-se de máxima importância o conhecimento das diretrizes internacionais como ponto de partilha para um trabalho comum na Europa. Não sendo muitas vezes um cenário simples, o facto de se desenvolverem linhas orientadoras comuns para a potencialização de vários setores, não descarta a análise local, respeitando o tempo, a velocidade e a aceitação de cada geografia. Parece-nos também importante levantar questões relativas à gestão destas diretrizes, na necessidade, ou não, de se criarem laboratórios, onde se tracem planos de atuação local, como meio de captar um determinado público, trabalhando de forma interdisciplinar, criando o papel de agente local para a implementação destes planos.

Relativamente à quantificação, os resultados apresentados em pesquisa refletem uma crescente preocupação no pensamento patrimonial e conseqüente na redação de artigos de reflexão. A complexidade, globalidade e atualidade do tema justificam tal preocupação, contudo revela-se evidente a constante linha de pensamento, com alguma teorização e pouca representatividade ao nível das novas abordagens na implementação, nomeadamente no contexto nacional.

Como mote final, destacamos as várias questões que nos vão surgindo ao longo desta reflexão ensaística, atestando este projeto como um espaço laboratório onde pretendemos testar e aplicar novas abordagens, tendo por base todo o processo de revisão bibliográfica, contextualização e diálogo promovido ao longo do mesmo.

Bibliografia

Leis e Recomendações Internacionais

Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro (Lei De Bases Do Património Cultural) **Diário da República** n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo - alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto) - **Diário da República**, I SÉRIE-A n.º 166, 30 de Agosto

Agenda 2030. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.ods.pt/>

Assembleia Geral da ONU - **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: 1948

Organização Mundial das Nações Unidas - **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Paris: 2015

Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>

Carta de Bruxelas sobre el Papel del Patrimonio Cultural en la Economía, e para la Creación de una Red Europea de su Reconocimiento y Difusión. Bruxelas: 2009
Committee on culture -Agenda 21 for culture. United Cities and Local Governments. 2008

Conselho da Europa - **Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade**. Faro: 2005

UNESCO - **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: 2005

UNESCO - **Declaração de Hangzhou. Situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável**. Hangzhou. 2013

Monografias

APÓSTOLO, Óscar Seguro - **A dimensão do setor cultural segundo as contas satélite da Cultura Europeias: uma comparação metodológica e sectorial das experiências de Portugal, Espanha, Finlândia, Polónia e República Checa na criação de contas satélite na Cultura**. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, 2016

ARAÚJO, Gisela - **FALARTE, Um Estudo sobre a Comunicação do Património**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2019

BRANDÃO, Inês - Os museus seduzem-nos? In **Revista do Património** nº3. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2015

CARVALHO, Ana - **Os Museus e o Património Cultural Imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-Universidade de Évora, 2011

COUTINHO, Liliana Campos. Educação e mediação – uma função partilhada. In **Revista Património** nº3. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2015

DELORS, Jacques. Et. All - **Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Brasil: Edições Asa, 1996

LACERDA, Manuel - Da incerteza à estratégia. In **Revista do Património** nº3. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2015

SCHULTZE, Bernhard (s.d.) **Meta tags e sua importância para SEO**. Disponível em: <https://www.seomarketing.com.br/meta-tags-google.php>

POULIOS, Ioannis. - **The Past in the Present: A Living Heritage Approach - Meteora, Greece**. London: Ubiquity Press. London: First Works. Ubiquity Press Ltd, 2014

Research for CULT Committee – **Education in Cultural Heritage**. Brussels: European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, 2018

SCHOLDFIELD, John - **Who Needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage**. USA: Ashgate Publishing, 2014